

RESENHA

LUXEMBURGO, Rosa. **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução** – 1ª edição, São Paulo: Centelha Cultural/ISKRA, 2015 (169 p. incluindo apêndice 212 p.)

Alexandrina Luz Conceição

Professora Doutora PPGEU/UFS
aluzcon@hotmail.com

O livro **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução**, publicado recentemente em língua portuguesa, dividido em dois capítulos intitulados: *A sociedade comunista primitiva* e *A dissolução da sociedade comunista primitiva*, é, de suma importância para os estudiosos da questão agrária, na medida em que constitui esteio teórico para estudos sobre o campo, a permanência e resistência dos camponeses enquanto classe social. Trata-se da tradução em português de uma das aulas que a autora ministrou na sede do Partido, em Berlim, e que compõe seu livro *Introdução à economia política*, de 1907.

Constitui vasta e rica pesquisa de fontes documentais etnográficas sobre as comunidades comunistas primitivas, contrapondo-se aos estudos de antropólogos que depõem sobre sua existência. Para a autora, a aversão ao comunismo originou uma férrea negação das sociedades comunistas. As noções de “estado selvagem” e de “barbárie”, aplicadas pelos antropólogos foram tentativas de enaltecer a concepção de eternização do capitalismo europeu, revestido da mais romântica ideia de plena civilização.

Rosa Luxemburgo demonstra, ao longo do livro, que o modelo da comunidade comunista existiu em diversas localidades do mundo e permanece no século XX. Observa que segundo Möser e Kindlinger, a cultura da terra na Europa deveria ter sido feita a partir de fazendas isoladas, rodeadas por uma extensão de terreno que era propriedade privada do possuidor da fazenda. Considera a autora que, embora os estudos de Georg Ludwig e von Maurer não neguem a existência de antigas organizações camponesas, esses não reconhecem a existência da propriedade comum da terra, do comunismo agrário.

Embora embasada nos escritos de Morgan e Engels, a autora vai além desses estudiosos por trazer dados que a permitem avançar em pesquisas sobre essas sociedades. Tece duras críticas aos que negam a sua existência, situando as primeiras formas de sociedade como não civilizadas.

Indica-se observar, as críticas, em destaque, que ela faz a Herr Grosse. Esse autor, como também Lippert, Buecher, entre outros, negam os estudos e ignoram as pesquisas de Morgan. Lippert tenta provar que entre os povos caçadores não há nenhuma organização comunitária de produção, nenhuma preocupação com a coletividade e chega a afirmar que o que impera entre eles é a “mais absoluta anarquia e a ausência de qualquer regra”. Nesse sentido, enquadra toda sua leitura na ideia preconceituosa do modelo europeu. (2015, p. 17).

Ressalta-se que a utilização de escalas com a indicação de uma classificação etapista de povos inferiores a superiores (estes considerados como os civilizados), tendo como pressuposto as condições naturais de produção, fonte natural exterior da alimentação e não as relações sociais de produção é uma forma de negar a importância histórica das comunidades comunistas, conforme Rosa Luxemburgo, as mais antigas formas de comunismo remontam a milênios de anos. Na América Latina, conforme pesquisa da autora, foi encontrada a mesma estrutura comunista agrária, o que nos permite apontar que essa forma de sociedade se constituiu em uma determinada formação: tratava-se, com efeito, da mesma particularidade dos germanos, dos eslavos e dos hindus, os mesmos padrões de organização social.

Na América do Norte, no leste da ilha Tiburon, no Golfo da Califórnia, as sociedades comunistas viveram isoladas, conservando toda a autenticidade dos seus costumes primitivos.

Sobre o continente da América do Sul, descreve a vida social e econômica dos povos bororos no Brasil, tendo como base o testemunho do Professor Steinen, observando sobre as formas de resistências que estes utilizavam para a permanência da comunidade. Destaca no continente a vida dos habitantes da Terra do Fogo, situando-os como os que possuíam o mais baixo nível de costumes primitivos nas suas comunidades.

Na Ásia relata as formas em que viviam as tribos de pigmeus dos mincopies, no arquipélago Andaman (no golfo de Bengala). Os mincopies decompuseram-se em nove tribos, embora cada tribo vivesse na especificidade de sua comunidade, estas permaneceram unificadas em uma mesma comunidade. Dentro de cada comunidade havia diferentes formas de divisão do trabalho, em especial a divisão sexual, o que poderia ter destruído o sentido comum da terra, porém para resistirem as essas diferenças estabeleciam regras de convívio mantendo a resistência da unidade comunal.

A autora apresenta os costumes de cada povo descrevendo-os, justificando-os, em contraposição aos estudos de Steinen, que, com sua forma europeia de pensar, explica-os a partir de atitudes individuais, sem observar, por exemplo, que essas atitudes foram essenciais para garantir exatamente a comunidade. (2015, p. 81).

No item III, do capítulo I considera a autora que Morgan tomou para medida histórica das civilizações “o desenvolvimento da técnica de produção”. Entretanto, esse critério, para a estudiosa, não é suficiente – a técnica mostra o nível alcançado pelos homens na dominação da natureza exterior. Nessa direção, a relação do homem com a natureza não basta, o que interessa são as relações dos homens entre si no trabalho, isto é, a organização social da produção e a técnica da produção. São as relações sociais que determinam o caráter da forma de produção, numa sociedade são múltiplas e diversas: divisão do trabalho, repartição dos produtos e a troca. A produção é o primeiro e o mais importante momento da vida econômica da sociedade, mas, no processo da produção, o que é decisivo são as relações entre os que trabalham e os seus meios de produção. É exatamente nessa reflexão que se situa a tese da autora, na qual se identifica o cerne do entendimento de como situar uma sociedade comunista primitiva.

Sustentando-se no método do materialismo histórico dialético, Rosa Luxemburgo afirma: “Não só as relações da força de trabalho com os meios de produção influem na divisão do trabalho, na repartição dos produtos, na troca, como também estes fatores influenciam por sua vez, inversamente nas relações de produção” (2015, p. 90).

Os historiadores, seguindo caminho diverso, eternizam o capitalismo, na medida em que negam esses questionamentos, colocando no primeiro plano das suas considerações históricas **a troca, a distribuição ou o consumo**, tudo menos a forma social da produção. Nesse sentido, eles consideram o modo de produção capitalista a etapa suprema e última da história humana, na medida em que, o critério utilizado para analisar a história econômica não são as relações de produção, mas as relações de troca, nas quais o comerciante é o centro do sistema econômico, e considerado a medida de todas as coisas.

Para Bucher, por exemplo, a história econômica começa pela comunidade agrária dos povos civilizados europeus. Ele denomina todo período anterior de “**não-economia**”, da “**procura individual do alimento**”, do **não-trabalho**”. “O problema fundamental da história econômica consiste em discernir se o comerciante já existe, ou

ainda não, se se confunde com o produtor numa mesma pessoa ou se constitui uma pessoa separada e distinta” (2015, p. 97).

Já para Rosa Luxemburgo as relações de trabalho e os meios de produção é que constitui a questão central de qualquer época econômica, o fundamento de qualquer sociedade. **A distribuição e a troca dependem da organização da produção.**

No capítulo II, *A dissolução da sociedade comunista primitiva*, a autora dá destaque à comunidade germânica da marca, “por ser esta a que melhor foi estudada”. Apresenta informações detalhadas, destacando alguns pontos, que considera como fundamentais para o entendimento das comunidades primitivas comunistas. Destaca que os campos dessa comunidade só se tornaram definitivamente propriedade privada em meados do século XVIII. “O trabalho de todos os membros da comunidade nos campos permaneceu inteiramente comunitário e submetido às regras estritas da coletividade”. (2015, p. 103). Não bastava estar instalado no território, era preciso habitar e cultivar a terra para se tornar verdadeiro membro da marca. Quem não cultivasse vários anos seguidos perderia suas terras.

No seu entendimento, o poder da coletividade vem da relação comunista com a terra, isto é, a propriedade comum é o mais importante meio de produção. A partir dessa afirmativa a autora faz um estudo minucioso das diversas comunidades primitivas comunistas, procurando identificar semelhanças e diferenças com a marca, ou seja, a comunidade germânica.

É interessante observar que, para Rosa, **o que define ser uma comunidade comunista é a condição do uso comum da terra - o uso coletivo**, embora várias relações aparentemente não possíveis de conciliar com a concepção de coletividade, do comunismo possam ocorrer.

É fundamental destacar que a autora observou que as sociedades agrárias comunistas quase nada tinham a ver com os princípios gerais do comunismo: igualdade e solidariedade (2015, p.112). Sendo que duas formações sociais comunistas inclusive poderiam ser exploradas uma pela outra, ou seja, poderia existir a relação de explorados e exploradores. Nessa direção, a autora, questiona: “até que ponto os fundamentos comunistas se perpetuam nos costumes dos senhores e na situação dos oprimidos”? (2015, p. 117). Para esta, isso dependia do grau de evolução, da duração e do ambiente dessas formações. Algumas dessas comunidades conseguiram permanecer devido ao seu isolamento. Afirma a autora que: “Pelo seu próprio desenvolvimento interno, a sociedade

comunista primitiva conduz à desigualdade e ao despotismo. Porém não vem a perecer por conta disso, mas pode continuar existindo naquelas condições primitivas durante milênios” (2015, p. 167).

Graças à sua elasticidade e à sua capacidade de adaptação, esta forma de sociedade é de uma tenacidade e de uma rigidez extraordinária. Ela desafia todas as tempestades da história política, ou melhor, suporta a todas, deixa-as passar sobre ela e sofre pacientemente durante séculos a pressão das conquistas, dos despotismos, das dominações estrangeiras, das explorações. Só há **um** contato que ela não suporta e ao qual sobrevive: o da civilização europeia, isto é, do capitalismo. Por todo o lado sem exceção, o choque com este último é mortal à antiga sociedade e conduz ao que milenares e selvagens conquistadores orientais não puderam realizar: dissolver desde o interior esta estrutura social, romper os laços tradicionais e transformar a sociedade num montão de ruínas disformes. (2015, p 155-156).

“O sopro mortal do capitalismo europeu é apenas o último fator, não o único, que torna inevitável, mais ou menos ao longo prazo o declínio da sociedade primitiva. Os germes estão presentes no interior desta sociedade” (ibid, p. 156).

Finalizando, deixa claro que o fim da comunidade coletiva, das comunidades agrárias **se dá com a privação do meio de produção – a terra**. Pela propriedade privada da terra, o capitalismo priva a ordem social primitiva do seu fundamento – **a terra, escravizando-os tornando-os força de trabalho para o capital**.

Utiliza-se de um parágrafo da Dissertação de Mestrado¹, intitulada *A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético*, para encerrar esta Resenha:

Os conflitos-confrontos da luta pela terra marcam a temporalidade histórica destas lutas que engendram a resistência no que não se quer perder, ou no processo de organização pela posse da terra. Nega-se então, que a expulsão do campo é o primeiro passo da proletarização e da extinção do campesinato. Nega-se também o reducionismo de ser o assalariamento uma condição de melhoria dos trabalhadores ‘anacrônicos’. (CONCEIÇÃO, 1991, 113).

Ressalta-se a importância da leitura deste livro no contexto histórico ora vivenciado, em que a ameaça ao direito da posse e uso da terra tem sido o núcleo basilar do discurso dos que assumem o agronegócio como modelo das relações sociais de produção. A intensa e extensa pesquisa trazida por Rosa Luxemburgo é o testemunho histórico de que a garantia da terra é autonomia, é condição de libertação.

Nota

¹ Dissertação de Mestrado de CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz, defendida no PPGEU/UFS, 1991.

<p>Recebido em 17/05/2016. Aceito para publicação em 27/05/2016.</p>
--